

Sumário

Capítulo 1 ▶ LEIS PENAIS ESPECIAIS MAIS COBRADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS	37
Capítulo 2 ▶ PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES DE CRIMES.....	39
Capítulo 3 ▶ ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019.....	43
1. Introdução	43
2. Bens jurídicos tutelados.....	44
3. Elemento subjetivo	44
4. Proibição do crime de hermenêutica	46
5. Sujeitos do crime.....	47
5.1. Sujeito ativo.....	47
5.1.1. Particular como sujeito ativo (<i>extraneus</i>).....	49
5.2. Sujeito passivo.....	49
6. Competência para processo e julgamento	50
7. Ação Penal	51
7.1. Ação Penal Pública Incondicionada	52
7.2. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	53
8. Efeitos da condenação	54
8.1. Obrigação de reparar o dano causado pelo crime	54
8.2. Inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública ...	55
8.3. Perda do cargo, mandato ou função pública	55
9. Penas restritivas de direito.....	56
10. Sanções de natureza Civil e Administrativa.....	58
11. Crimes em espécie	60
11.1. Decretação ou manutenção de medida privativa de liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais (art. 9º).....	60
11.2. Decretação de condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo (art. 10)	63
11.3. Omissão quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária no prazo legal (art. 12).....	64

11.4.	Constrangimento de preso ou de detento (art. 13)	66
11.5.	Constrangimento a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo (art. 15)	69
11.6.	Violência institucional (art. 15-A)	70
11.7.	Omissão de identificação ou falsa identificação ao preso (art. 16)	74
11.8.	Submissão de preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno (art. 18)	75
11.9.	Impedimento ou retardamento do envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente (art. 19)	77
11.10.	Impedimento, sem justa causa, da entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado (art. 20)	78
11.11.	Manutenção de presos de ambos os sexos, ou de menores com maiores, na mesma cela ou espaço de confinamento (art. 21)	79
11.12.	Violação de domicílio sem amparo legal (art. 22)	80
11.13.	Fraude processual no contexto de abuso de autoridade (art. 23) ...	83
11.14.	Constrangimento de funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir pessoa morta para tratamento (art. 24)	84
11.15.	Obtenção ou manejo de prova manifestamente ilícita (art. 25)	85
11.16.	Requisição ou instauração de procedimento investigatório sem quaisquer indícios (art. 27)	86
11.17.	Divulgação de gravação sem relação com a prova que se pretende produzir, expondo a intimidade ou a vida privada do investigado ou acusado (art. 28)	88
11.18.	Falsa informação sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo (art. 29)	89
11.19.	Deflagração de persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente (art. 30)	90
11.20.	Procrastinação injustificada de investigação em prejuízo do investigado (art. 31)	91
11.21.	Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e de extração de cópias de documentos (art. 32)	92
11.22.	Exigência de informação ou do cumprimento de obrigação sem expresse amparo legal (art. 33)	94
11.23.	Decretação da indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapola exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida e subsequente negativa de correção do excesso (art. 36)	95
11.24.	Demora demasiada e injustificada no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado (art. 37)	96

11.25. Antecipação de atribuição de culpa por meio de comunicação antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação (art. 38)....	97
12. Procedimento	98

Capítulo 4 ► CRIMES HEDIONDOS – LEI Nº 8.072/1990..... 101

1. Conceito e previsão Constitucional.....	101
2. Sistemas de classificação como crime hediondo	101
3. Rol taxativo dos crimes hediondos.....	104
3.1. Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio e homicídio qualificado	104
3.2. Lesão corporal gravíssima e seguida de morte quando funcionais ou nas dependências de instituição de ensino.....	106
3.3. Femicídio	108
3.4. Hipóteses hediondas do crime de roubo	108
3.5. Hipóteses hediondas do crime de extorsão.....	109
3.6. Extorsão mediante sequestro	109
3.7. Estupro	110
3.8. Estupro de vulnerável	110
3.9. Epidemia qualificada pelo resultado morte	111
3.10. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	111
3.11. Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	112
3.12. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	113
3.13. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou automutilação, realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real	113
3.14. Sequestro e cárcere privado cometido contra menor de 18 anos....	114
3.15. Tráfico de pessoas cometido contra criança ou adolescente	115
3.16. Genocídio	116
3.17. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	116
3.18. Comércio ilegal de armas de fogo e tráfico internacional de arma de fogo.....	117
3.19. Crime de organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado	118
3.20. Crimes idênticos tipificados no Código Penal Militar.....	118
3.21. Promotores da circulação, adquirentes, possuidores e armazenadores de fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo menores	119

4. Crimes equiparados a hediondos.....	120
5. Vedação à concessão de anistia, graça e indulto	121
6. Liberdade Provisória e fiança	123
7. Regime de cumprimento de pena	123
8. Possibilidade de recorrer em liberdade	125
9. Prisão temporária em caso de crime hediondo ou equiparado.....	125
10. Presídios federais de segurança máxima	126
11. Livramento condicional	126
12. Associação criminosa para fins de praticar crimes hediondos ou equiparados.....	127
12.1. Delação premiada	127

Capítulo 5 ► TORTURA – LEI Nº 9.455/1997 129

1. Previsão constitucional.....	129
2. Competência de Justiça e atribuições investigatórias.....	129
3. Bem jurídico tutelado.....	130
3.1. Teoria do Cenário da Bomba Relógio (<i>Ticking Time Bomb Scenario Theory</i> ou tortura para salvamento).....	130
4. Crimes em espécie	131
4.1. Tortura própria	131
4.2. Tortura-castigo	134
4.3. Tortura imprópria (figura equiparada ou tortura pela tortura)	135
4.4. Tortura omissiva	136
5. Qualificadoras dos crimes de tortura	137
6. Causas de aumento de pena	138
7. Efeitos automáticos da condenação	139
8. Vedação à liberdade provisória com fiança.....	140
9. Vedação à anistia, graça e indulto	140
10. Regime inicial de cumprimento de pena.....	141
11. Extraterritorialidade incondicionada	141

Capítulo 6 ► DROGAS – LEI Nº 11.343/2006..... 143

1. Introdução e Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) ...	143
2. Definição de “drogas” – Norma Penal em Branco	143
3. Crimes em espécie e temas correlatos	145
3.1. Porte de drogas para consumo pessoal.....	145
3.2. Tratamento especializado não compulsório.....	152

3.3.	Prescrição	152
3.4.	Licença prévia para a produção de drogas.....	153
3.5.	Destruição imediata de plantações ilícitas e desnecessidade de prévia autorização judicial.....	153
3.6.	Tráfico de drogas.....	154
3.7.	Participação no uso indevido de drogas	159
3.8.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado com pessoa de seu relacionamento	160
3.9.	Causa de diminuição de pena.....	161
3.10.	Tráfico de maquinário para fabricação de drogas.....	162
3.11.	Associação para fins de tráfico de drogas	162
3.12.	Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas	163
3.13.	Colaboração ao tráfico de drogas como informante	164
3.14.	Prescrição ou ministração culposa de drogas.....	165
3.15.	Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas.....	167
4.	Causas de aumento de pena	168
5.	Colaboração premiada.....	171
6.	Individualização da pena	172
7.	Fixação da pena de multa.....	173
8.	Vedação à concessão de diversos benefícios	173
9.	Hipóteses de inimizabilidade, semi-imizabilidade e tratamento mé- dico	173
10.	Procedimento penal	175
11.	Aplicação das medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas ...	176
12.	Prisão em flagrante pela autoridade de polícia judiciária	176
13.	Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	178
14.	Relatório da autoridade policial.....	180
15.	Agente Infiltrado e Ação Controlada.....	181
16.	Providências a serem adotadas pelo Ministério Público após ter vista dos autos do procedimento investigatório	181
17.	Notificação do acusado após o oferecimento da denúncia.....	182
18.	Recebimento da peça acusatória.....	183
19.	Audiência una de instrução e julgamento	183
20.	Sentença	184
21.	Recolhimento à prisão para apelar.....	184
22.	Competência para processo e julgamento	185

Capítulo 7 ► TERRORISMO – LEI Nº 13.260/2016 187

1. Previsão Constitucional	187
2. Terrorismo como delito equiparado a hediondo	188
3. Definição do crime de terrorismo.....	188
3.1. Especial motivo de agir.....	190
3.2. Especial fim de agir: provocar terror social ou generalizado.....	192
4. Atos de terrorismo	192
4.1. Sanção penal do crime de terrorismo.....	195
5. Manifestações sociais e terrorismo	195
6. Organização terrorista.....	196
7. Punição da preparação de terrorismo	197
7.1. Atos preparatórios de terrorismo	198
7.2. Preparação de terroristas estrangeiros	199
8. Financiamento ao terrorismo e às organizações terroristas	200
9. Causas de aumento de pena	202
10. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	202
11. Juiz natural para o processo e julgamento dos crimes de terrorismo.....	204
12. Medidas assecuratórias	205
13. Administração de bens.....	206
14. Cooperação jurisdicional internacional	207
15. Aplicação da legislação extravagante de forma complementar	207
15.1. Aplicação da Lei das Organizações Criminosas para investigação, processo e julgamento dos crimes de terrorismo	207
15.2. Aplicação da Lei dos Crimes Hediondos para os crimes de terrorismo	207
15.3. Cabimento da prisão temporária em relação aos crimes de terrorismo	208

Capítulo 8 ► GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889/1956 209

1. Introdução	209
2. Bem jurídico tutelado.....	209
3. Caráter hediondo do crime de Genocídio	210
4. Extraterritorialidade da Lei Brasileira	210
5. Crimes de Genocídio.....	210
5.1. Genocídio propriamente dito.....	210
5.2. Associação para fins de Genocídio	212
5.3. Incitação à prática do Genocídio.....	213

6. Causas de aumento de pena	214
7. Punição da tentativa de Genocídio	214
8. Impossibilidade de extradição.....	214

Capítulo 9 ► ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826/2003 215

1. Introdução	215
1.1. Aquisição de arma de fogo	216
1.2. Registro de arma de fogo	217
1.3. Diferenças entre posse e porte	218
1.4. Autorização excepcional do porte de arma de fogo.....	219
1.5. Classificação de arma de fogo	221
2. Bem jurídico tutelado.....	223
3. Crimes em espécie	223
3.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido.....	223
3.1.1. Arma de fogo desmuniada configura crime?.....	225
3.1.2. Arma de fogo defeituosa, obsoleta e a arma de brinquedo	226
3.2. Omissão de cautela	226
3.2.1. Ausência de registro de ocorrência policial e de comunicação à polícia federal de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que esteja sob a guarda de empresa de segurança e transporte de valores	227
3.3. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.....	228
3.4. Disparo de arma de fogo	230
3.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	232
3.5.1. Modalidades equiparadas.....	233
3.5.2. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	235
3.6. Comércio ilegal de arma de fogo.....	236
3.7. Tráfico internacional de arma de fogo.....	237
4. Causas de aumento de pena	238
5. Proibição da liberdade provisória para os crimes previstos nos artigos 16, 17 e 18.....	239
6. Destruição das armas de fogo	239
7. Entrega voluntária de armas de fogo regularmente adquiridas	240
8. Presunção de boa-fé na entrega de arma de fogo e extinção da punibi- lidade	241
9. Banco nacional de perfis balísticos	241

Capítulo 10 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – LEI Nº 11.340/2006 243

1. Origem da Lei nº 11.340/06: Lei Maria da Penha	243
2. Fundamentos Constitucional e Convencional.....	244
3. Direitos e garantias da mulher	245
4. Finalidades interpretativas da Lei Maria da Penha.....	245
5. Âmbitos de configuração de violência doméstica e familiar contra a mulher	246
5.1. Sujeito ativo	248
5.2. Sujeito passivo.....	249
6. Violação dos Direitos Humanos.....	251
7. Formas de violência contra a mulher	252
8. Custos pagos pelo agressor	255
9. Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	256
9.1. Prioridade no atendimento pelo SUS, SUSP e assistência em casos de DST	256
9.2. Prioridade de matricular os dependentes na escola mais próxima de seu domicílio	257
9.3. Prioridade à remoção quando servidora pública, manutenção do vínculo trabalhista e encaminhamento à assistência judiciária.....	257
10. Atendimento pela Autoridade Policial	258
10.1. Direitos das mulheres no atendimento policial e pericial especializado	258
10.2. Providências a serem tomadas pela autoridade policial.....	260
10.3. Laudos e prontuários médicos como meios de prova.....	262
11. Regras procedimentais.....	263
12. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	263
13. Foro de eleição para os processos de natureza cível.....	264
14. Ação Penal	264
14.1. Possibilidade de retratação da representação.....	265
15. Proibição à aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.....	267
16. Sigilo do nome da ofendida	267
17. Medidas protetivas de urgência	268
17.1. Legitimidade para requerer a decretação de medida protetiva de urgência	270
17.2. Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de urgência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial.....	271
17.3. Possibilidade de revogação ou substituição das medidas protetivas de urgência	272

17.4.	Possibilidade de decretação da prisão preventiva.....	272
17.5.	Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	273
17.6.	Medidas protetivas de urgência à ofendida	276
17.6.1.	Medidas protetivas para a proteção patrimonial da ofen- dida	278
18.	Obrigatoriedade de intimação da vítima.....	279
19.	Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência	279
20.	Cumulação da competência criminal e cível por Varas Criminais	282
21.	Impossibilidade de aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais	282
22.	Dados estatísticos e acompanhamento	283

Capítulo 11 ► VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – LEI Nº 14.344/2022..... 285

1.	Introdução	285
2.	Finalidades da lei	286
3.	Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	287
4.	Assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar	291
5.	Atendimento pela autoridade policial.....	294
5.1.	Possibilidade de aplicação de algumas medidas protetivas de ur- gência pela autoridade policial e, eventualmente, agente policial sem autorização judicial.....	295
6.	Medidas protetivas de urgência e regras procedimentais de aplicação ..	296
6.1.	Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	299
6.2.	Medidas protetivas de urgência à vítima	302
7.	Atuação do Ministério Público.....	304
8.	Proteção ao noticiante ou denunciante de violência doméstica e familiar.....	305
9.	Crimes	306
9.1.	Descumprimento de medida protetiva de urgência.....	306
9.2.	Omissão de socorro diante de informação de violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente	308

Capítulo 12 ► INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/1996 311

1.	Previsão constitucional.....	311
2.	Definição de interceptação telefônica	312
3.	Finalidade da interceptação telefônica	313
3.1.	Observação do contraditório e da ampla defesa de forma poster- gada	314

4.	Requisitos e hipóteses de cabimento da Interceptação Telefônica.....	315
5.	Sigilo profissional do advogado.....	318
6.	Encontro fortuito de provas (serendipidade) por meio da interceptação telefônica	319
7.	Decretação da Interceptação Telefônica pelo juiz de ofício	320
8.	Procedimento cabível.....	321
8.1.	Necessidade de fundamentação da decisão judicial	322
8.2.	Prazo de duração da interceptação telefônica	323
8.3.	Execução da interceptação telefônica	324
8.4.	Segredo de justiça e possibilidade de impugnação da defesa	324
9.	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	325
10.	Incidente de inutilização da gravação sem interesse ao processo.....	328
11.	Crimes em espécie	329
11.1.	Interceptação telefônica ilegal.....	329
11.2.	Captação ambiental ilegal.....	331

CAPÍTULO 13 ► ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E JUÍZOS COLEGIADOS – LEIS Nº 12.850/2013 E 12.694/2012..... 333

1.	Considerações iniciais	333
2.	Revogação tácita de parte da Lei nº 12.694/12.....	334
3.	Definição de organização criminosa e alcance da Lei nº 12.850/13	334
4.	Crime de organização criminosa.....	336
4.1.	Crime organizado por natureza	336
4.2.	Obstrução ou embaraço de investigação de infração penal envolvendo organização criminosa	337
4.3.	Causas de aumento de pena e agravante.....	339
4.4.	Afastamento cautelar de servidor público de suas funções.....	340
4.5.	Efeitos da condenação	340
4.6.	Investigação de policiais envolvidos com organizações criminosas ...	341
4.7.	Início do cumprimento da pena para as lideranças de organizações criminosas armadas	342
4.8.	Vedação de benefícios aos condenados por integrar organização criminosa ou pela prática de crime por meio de organização criminosa quando mantido o vínculo associativo	343
5.	Investigação e meios de obtenção de prova	343
6.	Colaboração premiada.....	344
6.1.	Conceito e natureza jurídica	344
6.2.	Proposta e formalização do acordo de colaboração premiada.....	345

6.3.	Prêmios, condições e procedimento.....	347
6.4.	Direitos do colaborador	353
6.5.	Termo de acordo de colaboração premiada.....	355
6.6.	Tramitação do pedido de homologação do acordo em sigilo	356
7.	Ação controlada.....	357
7.1.	Desnecessidade de autorização judicial prévia	358
7.2.	Ação controlada e o crime organizado transnacional.....	359
8.	Infiltração de agentes	360
8.1.	Requisitos para a infiltração	360
8.2.	Duração da infiltração	362
8.3.	Infiltração policial virtual (eletrônica ou cibernética)	362
8.4.	Procedimento cabível para o pedido de infiltração	363
8.5.	Segredo de justiça	365
8.6.	Responsabilidade penal do agente infiltrado	366
8.7.	Direitos e proteção do agente infiltrado	367
9.	Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações	368
10.	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	369
10.1.	Revelação de identidade do colaborador.....	369
10.2.	Colaboração caluniosa e fraudulenta	370
10.3.	Violação de sigilo das investigações relativas à ação controlada e infiltração de agentes.....	371
10.4.	Sonegação de informações requisitadas	372
11.	Procedimento cabível.....	373
12.	Sigilo das investigações.....	374
13.	Lei nº 12.694/2012: Juízos Colegiados para o processo e julgamento de delitos cometidos por organizações criminosas	375

Capítulo 14 ► LAVAGEM DE CAPITAIS – LEI Nº 9.613/1998..... 377

1.	Definição e fases da lavagem de capitais	377
2.	Crime de lavagem de capitais.....	378
2.1.	Teoria da cegueira deliberada (ou instruções da avestruz).....	383
2.2.	Modalidade equiparada: conversão, transferência, aquisição, posse, importação e exportação	385
2.3.	Modalidade equiparada: utilização de produto de lavagem em atividade econômica ou financeira.....	386
2.4.	Causa de aumento de pena.....	388
2.5.	Colaboração premiada	389
2.6.	Ação controlada e infiltração de agentes com objetivo de apurar crimes de lavagem de capitais	390

3.	Procedimento cabível.....	391
3.1.	Procedimento comum ordinário	391
3.2.	Autonomia relativa do processo.....	391
3.3.	Competência e procedimento.....	392
3.4.	Medidas assecuratórias	394
3.5.	Alienação antecipada	395
3.6.	Administração de bens.....	397
4.	Efeitos da condenação.....	398
5.	Bens, direitos ou valores provenientes de crimes praticados no estrangeiro.....	399
6.	Dispositivos de natureza extrapenal e mecanismos de controle e prevenção.....	400

Capítulo 15 ► CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – LEI Nº 8.137/1990 407

1.	Crimes contra a ordem tributária	407
1.1.	Noções introdutórias	407
1.2.	Bem jurídico tutelado e princípio da insignificância	408
1.3.	Crimes praticados por particulares contra a ordem tributária	409
1.3.1.	Supressão ou redução de tributo, contribuição social e qualquer acessório.....	410
1.3.2.	Crimes de igual natureza.....	414
1.4.	Crimes praticados por funcionários públicos contra a ordem tributária.....	416
2.	Crimes contra a ordem econômica.....	421
3.	Crimes contra as relações de consumo.....	423
4.	Multa nos crimes contra a ordem tributária	428
5.	Disposições gerais.....	430

Capítulo 16 ► PRISÃO TEMPORÁRIA – LEI Nº 7.960/1989 433

1.	Natureza jurídica e definição de prisão temporária.....	433
2.	Requisitos para a decretação da prisão temporária.....	434
3.	Procedimento cabível.....	439
4.	Prazo de duração da prisão temporária.....	441
5.	Direito do preso temporário de ser separado dos demais	443
6.	Plantão permanente do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	444

Capítulo 17 ► INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA – LEI Nº 12.830/2013..... 445

1. Origem e finalidade da Lei nº 12.830/2013	445
2. Funções de polícia: administrativa, judiciária e investigativa.....	445
3. Natureza jurídica das funções de polícia investigativa e judiciária.....	446
4. Autoridade condutora do inquérito policial.....	447
5. Limitações à avocação ou redistribuição de investigações policiais.....	448
6. Exigência de fundamentação para a remoção do Delegado	448
7. Indiciamento	449
8. Tratamento protocolar dispensado aos Delegados de Polícia.....	450

Capítulo 18 ► IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL – LEI Nº 12.037/2009 451

1. Definição e previsão constitucional	451
2. Documentos que atestam a identificação civil e hipóteses que autorizam a identificação criminal	451
3. Espécies de identificação criminal.....	455
4. Possibilidade de retirada da identificação dos autos do processo	457
5. Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	457

Capítulo 19 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503/1997 459

1. Aplicação subsidiária do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei nº 9.099/1995	459
2. Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor como sanção penal.....	461
3. Medida cautelar de suspensão do direito de dirigir ou proibição para obtê-la e sanção ao reincidente específico.....	462
4. Multa reparatória	463
5. Circunstâncias agravantes cabíveis sobre os crimes de trânsito.....	465
6. Impossibilidade da prisão em flagrante àquele que prestar pronto e integral socorro à vítima.....	468
7. Crimes em espécie	469
7.1. Homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	469
7.2. Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor	474
7.3. Omissão de socorro em caso de acidente de trânsito	477
7.4. Fuga de local de acidente	480
7.5. Embriaguez ao volante	482
7.6. Violação de suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor.....	486

7.7.	Participação em competição, exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor não autorizada	487
7.8.	Direção de veículo automotor sem habilitação.....	491
7.9.	Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor à pessoa não habilitada ou sem condições de conduzi-lo	492
7.10.	Direção perigosa em determinados lugares.....	494
7.11.	Fraude processual em acidente automobilístico com vítima	495
8.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ...	496

Capítulo 20 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741/2003 499

1.	Definição jurídica de pessoa idosa.....	499
2.	Procedimento cabível aos crimes contra pessoa idosa	499
3.	Crimes em espécie	501
3.1.	Discriminação de pessoa idosa por motivo de idade.....	501
3.2.	Omissão de socorro.....	504
3.3.	Abandono de pessoa idosa.....	506
3.4.	Maus-tratos à pessoa idosa	508
3.5.	Outros delitos contra pessoa idosa	510
3.6.	Desobediência de ordem legal proferida em ação envolvendo pessoa idosa.....	513
3.7.	Apropriação Indébita contra pessoa idosa	514
3.8.	Recusa de acolhimento ou permanência de pessoa idosa.....	515
3.9.	Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento.....	516
3.10.	Exibição ou veiculação de dados depreciativos ou injuriosos da pessoa idosa.....	517
3.11.	Induzimento de pessoa idosa a outorgar procuração.....	518
3.12.	Coação de pessoa idosa	519
3.13.	Lavratura do ato notarial sem representação legal de pessoa idosa	520
3.14.	Impedimento ou embaraço a ato dos órgãos fiscalizadores.....	521

Capítulo 21 ► JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS – LEI Nº 9.099/1995 523

1.	Previsão constitucional.....	523
2.	Composição do Juizado Especial Criminal	523
3.	Definição de infração penal de menor potencial ofensivo.....	524
4.	Princípios norteadores e finalidades dos Juizados Especiais Criminais	526
5.	Competência territorial	527
6.	Publicidade e validade dos atos processuais	528

7. Citação do acusado, intimações e notificações nos Juizados	529
8. Fase preliminar dos Juizados Especiais Criminais	531
8.1. Termo Circunstanciado de Ocorrência.....	531
8.2. Audiência preliminar	533
8.2.1. Composição dos danos civis.....	533
8.2.2. Transação penal.....	535
9. Procedimento comum sumaríssimo	539
9.1. Audiência de instrução e julgamento.....	541
9.2. Suspensão Condicional do Processo	544
9.3. Sistema recursal dos Juizados Especiais Criminais.....	548
10. Fase de execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	550
11. Síntese das etapas da fase preliminar e procedimento comum sumarís- simo	550
12. Despesas processuais	551
13. Representação nos delitos de lesões corporais leves e culposas	551
14. Casos de inaplicabilidade da Lei nº 9.099/95.....	552

Capítulo 22 ► TELECOMUNICAÇÕES – LEI Nº 9.472/1997 555

1. Noções introdutórias.....	555
2. Crime de desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicação	555
3. Efeitos da condenação	557
4. Ação penal cabível	558

Capítulo 23 ► CRIMES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO – LEI Nº 7.716/1989 559

1. Noções introdutórias e fundamento constitucional.....	559
2. Abrangência e características dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989	561
2.1. Discriminação e preconceito	561
2.2. Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.....	561
2.3. Homotransfobia	562
2.4. Características gerais dos crimes de racismo	565
3. Crimes em espécie	566
3.1. Crime de injúria racial.....	567
3.2. Crimes de discriminação no trabalho	569
3.3. Crime de discriminação na educação	574
3.4. Crimes de discriminação no comércio	575
3.5. Crimes de discriminação na vida social.....	577
3.6. Crimes de discriminação genérica	579

3.7. Crime de propaganda nazista.....	582
4. Efeitos da condenação.....	584
5. Causas de aumento de pena, interpretação da lei e assistência técnica obrigatória às vítimas	584

Capítulo 24 ► CRIMES AMBIENTAIS – LEI Nº 9.605/1998..... 587

1. Noções introdutórias.....	587
2. Sujeitos dos crimes ambientais.....	588
2.1. Pessoa jurídica como sujeito ativo dos crimes ambientais.....	589
2.2. Desconsideração da personalidade jurídica	593
3. Aplicação da pena.....	594
3.1. Penas restritivas de direitos para pessoa física e penas para pessoa jurídica	595
3.2. Circunstâncias atenuantes da pena	598
3.3. Circunstâncias agravantes da pena	599
4. Medidas cautelares específicas cabíveis.....	601
5. Regras processuais específicas.....	602
6. Crimes contra o meio ambiente	603
6.1. Crimes contra a Fauna.....	603
6.1.1. Excludentes especiais de ilicitude.....	615
6.2. Crimes contra a Flora	616
6.2.1. Causas de aumento de pena	630
6.3. Crimes de poluição e outros crimes ambientais.....	631
6.3.1. Causas de aumento de pena	639
6.4. Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	639
6.5. Crimes contra a Administração Ambiental.....	644
7. Infrações administrativas e cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.....	650
8. Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal ...	653

Capítulo 25 ► CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069/1990..... 655

1. Noções introdutórias.....	655
2. Aspectos penais e processuais penais	656
3. Crimes em espécie	659
3.1. Ausência de registro ou fornecimento ou declaração de nascimento....	659
3.2. Ausência de identificação correta de neonato e parturiente.....	661
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente	662

3.4.	Ausência de comunicação imediata ao juiz competente e à família da criança ou adolescente apreendido.....	664
3.5.	Vexame ou constrangimento de criança ou adolescente.....	665
3.6.	Deixar de ordenar imediata liberação de menor em apreensão ilegal.....	666
3.7.	Descumprimento injustificado de prazo prejudicando menor apreendido.....	667
3.8.	Impedimento ou embaraço de ação do juiz, Conselheiro Tutelar ou membro do Ministério Público no exercício de função prevista no ECA.....	669
3.9.	Subtração de menor para a colocação em lar substitutivo.....	670
3.10.	Promessa ou entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante paga ou recompensa.....	671
3.11.	Promoção ou auxílio no envio de menor para o exterior ilegalmente ou com finalidade lucrativa.....	673
3.12.	Produção ou participação direta de registro de cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo criança ou adolescente.....	674
3.13.	Comércio de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfico envolvendo menor.....	677
3.14.	Colocar em circulação qualquer registro de cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.....	678
3.15.	Aquisição, posse ou armazenamento de qualquer registro com cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.....	679
3.16.	Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica.....	682
3.17.	Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento de criança visando praticar com ela ato libidinoso.....	683
3.18.	Comercialização de arma, munição ou explosivo à criança ou adolescente.....	685
3.19.	Comercialização de bebida alcoólica ou substâncias que causam dependência à criança ou adolescente.....	686
3.20.	Comercialização de fogos de estampido ou de artifício à criança ou adolescente.....	688
3.21.	Submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.....	689
3.22.	Corrupção de menores para a prática de infração penal.....	690
3.23.	Omissão do responsável em comunicar à autoridade o desaparecimento de menor.....	692
Capítulo 26 ► CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737/1965		693
1.	Noções introdutórias.....	693

2.	Aspectos penais e processuais penais relativos aos crimes eleitorais.....	694
2.1.	Conceito de funcionário público para fins penais eleitorais	694
2.2.	Penas mínimas padronizadas em caso de omissão legislativa.....	695
2.3.	Causas de aumento e diminuição de pena	695
2.4.	Pena de multa.....	696
2.5.	Crimes eleitorais praticados por meio da imprensa	696
2.6.	Ação penal e denúncia	697
2.7.	Competência para processo e julgamento dos crimes eleitorais...	698
2.8.	Rito processual	698
3.	Crimes eleitorais.....	699
3.1.	Crimes contra a regularidade dos serviços administrativos da Justiça Eleitoral.....	699
3.2.	Crimes contra a regularidade dos trabalhos eleitorais	705
3.3.	Crimes contra o livre exercício do voto.....	708
3.4.	Crime contra o segredo do voto.....	716
3.5.	Crimes contra a veracidade e liberdade das propagandas políticas e eleitorais.....	717
3.6.	Crimes eleitorais contra a honra	722
3.7.	Crime contra a obrigatoriedade da ação penal eleitoral	729
3.8.	Crimes eleitorais complexos	730
3.9.	Crime eleitoral contra bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral	735

Capítulo 27 ► CRIMES CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146/2015..... 737

1.	Noções introdutórias	737
2.	Sujeito passivo: definição de pessoa com deficiência	738
3.	Crimes contra a pessoa com deficiência	739
3.1.	Discriminação contra pessoa com deficiência	740
3.2.	Apropriação ou desvio de bens ou qualquer rendimento de pessoa com deficiência.....	742
3.3.	Abandono de pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres.....	744
3.4.	Retenção ou uso de cartão ou qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência para recebimento de benefícios.....	746

Capítulo 28 ► CRIMES NA LEI DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO – LEI Nº 9.434/1997..... 749

1.	Noções introdutórias.....	749
----	---------------------------	-----

2. Crimes em espécie	749
2.1. Remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de pessoa ou cadáver	750
2.2. Compra e venda de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano... ..	755
2.3. Transplante ou enxerto com tecidos, órgãos ou partes do corpo humano obtidos ilegalmente.....	756
2.4. Circulação de partes do corpo humano obtidas ilegalmente	757
2.5. Realização de transplante ou enxerto de forma ilegal.....	758
2.6. Omissão na recomposição de cadáver	759
2.7. Publicação de anúncio ou apelo público contrários aos fins humanitários e sociais do transplante de órgãos, tecidos ou parte do corpo humano	760
Capítulo 29 ► CRIMES PRATICADOS POR PREFEITOS – DECRETO-LEI Nº 201/1967	763
1. Noções introdutórias.....	763
2. Crimes de responsabilidade dos Prefeitos	764
3. Aspectos penais e processuais penais	782
3.1. Efeitos da condenação	782
3.2. Procedimento cabível	783
4. Disposições relativas às infrações político-administrativas, processo de cassação e hipóteses de extinção do mandato de Prefeito.....	784
Capítulo 30 ► CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL – LEI Nº 4.729/1965	787
1. Noções introdutórias.....	787
2. Crime de Sonegação Fiscal.....	787
3. Aspectos penais e processuais penais	791
Capítulo 31 ► CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – LEI Nº 8.176/1991	793
1. Noções introdutórias.....	793
2. Crimes em espécie	793
2.1. Crimes contra a ordem econômica	793
2.2. Crime contra o patrimônio da União	796
Capítulo 32 ► CRIMES NA LEI DE FALÊNCIA – LEI Nº 11.101/2005	799
1. Noções introdutórias.....	799
2. Crimes falimentares.....	799
2.1. Fraude a credores	799
2.2. Violação de sigilo empresarial.....	803

2.3.	Divulgação de informações falsas.....	804
2.4.	Indução a erro.....	805
2.5.	Favorecimento de credores	806
2.6.	Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	807
2.7.	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	808
2.8.	Habilitação ilegal de crédito	809
2.9.	Exercício ilegal de atividade	810
2.10.	Violação de impedimento	812
2.11.	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	813
3.	Aspectos penais e processuais penais	815
3.1.	Aspectos penais.....	815
3.2.	Aspectos processuais penais	816

Capítulo 33 ► CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – LEI Nº 7.492/1986 819

1.	Noções introdutórias.....	819
2.	Conceito de instituição financeira para fins penais	819
3.	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em espécie	821
3.1.	Crimes relativos aos valores mobiliários.....	821
3.2.	Crimes contra as operações e fiscalização das instituições financeiras	826
3.3.	Crimes contra ilicitudes em procedimentos de intervenção, liquidação extrajudicial e falência	841
3.4.	Crimes contra ilicitudes em operações de câmbio	846
4.	Aspectos penais e processuais penais	850
4.1.	Responsabilidade pela atuação em nome de terceiro	850
4.2.	Colaboração premiada.....	850
4.3.	Ação penal, competência e procedimento	851
4.4.	Fixação da pena de multa.....	853

Capítulo 34 ► CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078/1990 855

1.	Noções introdutórias.....	855
2.	Crimes contra as relações de consumo.....	856
2.1.	Crimes sobre nocividade e periculosidade de produtos e serviços....	857
2.2.	Crimes sobre publicidade e informações apresentadas pelo fornecedor ao consumidor	864
2.3.	Crimes sobre informações mantidas em cadastros, fichas, bancos de dados e registros sobre consumidores.....	870

2.4. Crimes sobre temas diversos relativos às relações consumeristas	873
3. Aspectos penais e processuais penais	876

Capítulo 35 ► CONTRAVENÇÕES PENAIS – DECRETO-LEI Nº 3.688/1947 881

1. Introdução	881
1.1. Diferenças entre crime e contravenção penal	882
2. Parte geral	884
3. Parte especial	890
3.1. Contravenções referentes à pessoa	891
3.1.1. Fabrico, comércio ou detenção de armas ou munição	891
3.1.2. Porte de arma	893
3.1.3. Anúncio de meio abortivo	895
3.1.4. Vias de fato	895
3.1.5. Internação irregular em estabelecimento psiquiátrico	896
3.1.6. Indevida custódia de doente mental	898
3.2. Contravenções referentes ao patrimônio	899
3.2.1. Instrumento de emprego usual na prática de furto	899
3.2.2. Violação de lugar ou objeto	900
3.3. Contravenções referentes à incolumidade pública	901
3.3.1. Disparo de arma de fogo, deflagração perigosa, queima de fogo de artifício e soltar balão aceso	901
3.3.2. Desabamento de construção	902
3.3.3. Perigo de desabamento	903
3.3.4. Omissão de cautela na guarda ou condução de animais	904
3.3.5. Falta de habilitação para dirigir	905
3.3.6. Direção não licenciada de aeronave	906
3.3.7. Abuso na prática da aviação	907
3.3.8. Sinais de perigo	908
3.3.9. Arremesso ou colocação perigosa	910
3.3.10. Emissão de fumaça, vapor ou gás	910
3.4. Contravenções referentes à paz pública	911
3.4.1. Provocação de tumulto	911
3.4.2. Falso alarma	912
3.4.3. Perturbação do trabalho ou do sossego alheios	913
3.5. Contravenções referentes à fé pública	914
3.5.1. Recusa de moeda de curso legal	915
3.5.2. Imitação de moeda para propaganda	915

3.5.3.	Simulação da qualidade de funcionário	916
3.5.4.	Uso ilegítimo de uniforme ou distintivo	918
3.6.	Contravenções relativas à organização do trabalho.....	918
3.6.1.	Exercício ilegal de profissão ou atividade	918
3.6.2.	Exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de arte.....	919
3.6.3.	Matrícula ou escrituração de indústria e profissão	920
3.7.	Contravenções relativas à polícia de costumes	921
3.7.1.	Jogos de azar	921
3.7.2.	Vadiagem	923
3.7.3.	Embriaguez.....	924
3.7.4.	Bebidas alcoólicas	925
3.8.	Contravenções referentes à Administração Pública	927
3.8.1.	Deixar de comunicar crime à autoridade competente.....	927
3.8.2.	Inumação ou exumação de cadáver	928
3.8.3.	Recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	929

BIBLIOGRAFIA.....	931
--------------------------	------------